

Pais pode ter crédito adicional!

WASHINGTON — O Fundo Monetário Internacional deverá aumentar seu apoio financeiro ao programa de estabilização brasileiro para compensar, em parte, os efeitos do aumento dos preços de petróleo. O crédito inicialmente solicitado pelo Brasil representava cerca de 70% da cota do País na organização, ou aproximadamente US\$ 1,4 bilhão por ano.

De acordo com um alto funcionário americano, durante a visita que fez a Brasília, na semana passada, o subsecretário do Tesouro, David Mulford, discutiu com as autoridades a possibilidade de o acordo que o governo está finalizando com o FMI prever, além do empréstimo original, um crédito adicional de desembolso rápido. Esse empréstimo, que poderia chegar a 40% da cota brasileira, ou cerca de US\$ 800 milhões, seria ativado logo após a aprovação do acordo pela diretoria do Fundo, o que deve ocorrer, em princípio, em outubro.

O crédito adicional seria realizado sob o programa Compensatório e de Contingência do Fundo, uma das modalidades de financiamento oferecidas pela instituição aos países-membros. Normalmente, o acesso a esse programa é restrito a países que já têm acordo com o Fundo e atende a situações de emergência registradas durante a vigência do

acordo. Tecnicamente, este não é o caso do Brasil.

Outra possibilidade em estudo é aumentar o montante do empréstimo original. Pelas regras atuais, os países-membros podem levantar um máximo de 90% a 110% de sua cota por ano num empréstimo regular, tipo stand by, se não têm obrigações anteriores a pagar ao Fundo. O Brasil tem e é isso que limita seu acesso a 70% da cota.

As regras que definem o acesso estão sujeitas a mudar rapidamente, por causa do novo choque do petróleo. Isso pode acontecer já na reunião anual do Fundo Monetário, que começa em Washington em menos de um mês. Uma alta fonte governamental americana admitiu, no início da semana, que os ventos no Golfo devem precipitar "uma revisão do acesso" aos recursos do Fundo.

"Os países em desenvolvimento não produtores de petróleo não conseguirão sobreviver a essa crise se o Fundo não os apoiar. Quebrarão todos", afirmou um alto funcionário internacional, reconhecendo a severidade do problema. No início da crise da dívida o FMI abriu suas torneiras e concedeu créditos anuais equivalentes a até 150% da cota dos países-membros. Isso fez com que o risco financeiro da instituição também aumentasse e acabou provocando o aperto das regras de acesso.